



Número: **0877936-27.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **29/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MARCIEL FONTES DA SILVA (AUTOR)		WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO (ADVOGADO)	
MAPFRE (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
26668 679	29/11/2019 17:31	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
26668 687	29/11/2019 17:31	<a href="#">1 - Petição inicial - MARCIEL FONTES DA SILVA</a>	Outros Documentos
26668 689	29/11/2019 17:31	<a href="#">2 - Procuração Autenticada</a>	Procuração
26668 690	29/11/2019 17:31	<a href="#">3 - Identificação</a>	Documento de Identificação
26668 691	29/11/2019 17:31	<a href="#">4 - Residência</a>	Documento de Identificação
26668 693	29/11/2019 17:31	<a href="#">5 - Documentos médicos e BO</a>	Documento de Comprovação
26668 695	29/11/2019 17:31	<a href="#">6 - Documento da motocicleta</a>	Documento de Comprovação
26668 696	29/11/2019 17:31	<a href="#">7 - Protocolo Administrativo - COMPREV</a>	Documento de Comprovação
26668 697	29/11/2019 17:31	<a href="#">8 - Indeferimento</a>	Documento de Comprovação
26936 752	18/12/2019 18:38	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
28823 078	05/03/2020 15:36	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
28847 510	06/03/2020 10:14	<a href="#">Certidão Oficial de Justiça</a>	Certidão Oficial de Justiça
28847 514	06/03/2020 10:14	<a href="#">MAPFRE</a>	Devolução de Mandado

Petição inicial anexa.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_ VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA – ESTADO DA PARAÍBA.**

**MARCIEL FONTES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, desempregado, portador do RG nº 2923403 SSP/PB e CPF nº 071.599.614-20, residente e domiciliado na rua Ana Barbosa de Oliveira, nº 15, Jardim Brasília, em Cabedelo - PB, CEP 58310-000, por seus advogados *in fine* subscritos, com endereço profissional na Rua Francisco Manoel, nº 90, Jaguaribe, em João Pessoa/PB, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO –  
DPVAT**

em desfavor da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 61.074.175/0082-01, com endereço na Av. Presidente Epitácio Pessoa, 723, Bairro dos Estados, João Pessoa – PB, CEP 58030-000, o que faz pelos fundamentos fáticos e jurídicos abaixo articulados

**I – PRELIMINARMENTE - DO FORO**

De início, importa relatar que as vítimas de acidentes de trânsito, nos termos da Súmula 540 do STJ, possuem a faculdade de acionar judicialmente a seguradora para pedir a indenização do seguro Dpvat de acordo com a cidade em que for mais conveniente.

Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a competência para decidir sobre o caso pode ser **DA JUSTIÇA DO LOCAL DO ACIDENTE, DA CIDADE ONDE MORA O REQUERENTE OU DE ONDE MORA O RÉU.**

Assim, a súmula citada assenta que: *"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do*

Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58.015-590.  
Telefones: (83) 98719-5294 (Oi) e (83) 99958-9495 (Tim)



*domicílio do réu".*

## **II - DA JUSTIÇA GRATUITA**

Conforme explanado no artigo 98 CPC, a parte Autora pleiteia os benefícios da assistência judiciária gratuita, em razão de sua enorme hipossuficiência econômica que não lhe permite, atualmente, pagar custas do processo e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

## **III – DAS PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES DOS ATOS PROCESSUAIS**

Requer, desde já, a parte Autora que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO – OAB/PB 15660**, com endereço eletrônico: [wilson@wilsonmoraesadv.com.br](mailto:wilson@wilsonmoraesadv.com.br) e endereço profissional na Rua Francisco Manoel, 90, Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58015-590, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**.

---

## **IV – DO DESTAQUE DE HONORÁRIOS**

Requer, desde já, a parte Autora, com fulcro no art. 22, § 4º da Lei nº 8.906/94, a juntada do Contrato de Prestação de Serviços e Honorários Advocatícios e o **destaque do valor de 30%** sobre o valor devido à parte Autora á título de prestações vencidas, bem como os honorários de sucumbência, determinando o pagamento em nome de **WILSON MORAES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 29.291.783/0001-91, com endereço profissional na Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa – PB.

Art. 22. A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

§ 4º Se o advogado fizer juntar aos autos o seu contrato de honorários antes de expedir-se o mandado de levantamento ou precatório, o juiz deve determinar que lhe sejam pagos diretamente, por dedução da quantia a ser recebida pelo constituinte, salvo se este provar que já os pagou.

Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58.015-590.  
Telefones: (83) 98719-5294 (Oi) e (83) 99958-9495 (Tim)



## **V – DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

Não obstante a criação da Seguradora Líder, qualquer seguradora participante do Consórcio DPVAT é parte legítima para figurar no polo passivo da demanda.

Nesse sentido, a Suprema Corte no recurso extraordinário, sustentou entendimento acerca dos artigos 1º, inciso III, e 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 4.350/DF e 4.627/DF, ambas relatadas pelo Ministro Luiz Fux, e o Recurso Extraordinário com Agravo nº 704.520/SP, relator o ministro Gilmar Mendes, **com repercussão geral reconhecida, concluiu pela constitucionalidade das alterações promovidas na legislação do seguro DPVAT pelas Leis nºs 11.482/07 e 11.945/09.**

Ocorrendo o sinistro na vigência da Lei nº 11.482/2007, o valor da indenização deve ser no máximo de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), aplicando-se as Resoluções do CNSP e da SUSEP, **para adequar a indenização ao percentual da invalidez suportada.**

Dessa forma, a correção monetária deve ocorrer a partir do evento danoso e os juros de mora devem incidir desde a citação, conforme estabelece o artigo 405 do Código Civil e a Súmula nº 43 do STJ.

Igualmente, reitera-se o posicionamento do STJ na súmula 540, expõe que: **"Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu".**

Por isso, a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, é cristalina, acerca da matéria:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. IRRESIGNAÇÃO DA SEGURADORA/PROMOVIDA. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR E ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. Verificando-se que a ação foi ajuizada antes do marco (03.09.2014) estabelecido, pelo STF, na modulação de efeitos do paradigma (RE 631.240)



a partir do qual se exigiu o prévio requerimento administrativo para fins de demonstração do interesse de agir; e observando-se, ainda, que a seguradora/promovida apresentou contestação e seguiu defendendo, durante os trâmites processuais, a inexistência de direito da parte ao recebimento da indenização securitária pleiteada na exordial, configurada está a resistência à pretensão autoral, o que evidencia o interesse de agir da parte. **De acordo com posicionamento assente na jurisprudência pátria, qualquer das seguradoras consorciadas do seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no polo passivo de ação que tenha por objeto o pagamento do referido seguro, podendo o autor optar pelo manejo contra qualquer delas, sem se exigir a inclusão da seguradora líder.** MÉRITO. AUTOR VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LAUDO PERICIAL QUE ATESTOU DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL (30%) NA MÃO ESQUERDA. NEXO CAUSAL PRESENTE. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DEVIDA. MONTANTE INDENIZATÓRIO QUE DEVE SER FIXADO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DE DEBILIDADE, COM APLICAÇÃO, PARA FINS DE QU (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00002107920078150271, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 18-06-2019).

## VI – DOS FATOS

No dia 18/08/2017, por volta das 19:00 hrs, a parte Autora foi vítima de acidente automobilístico enquanto percorria, pela Av. Apolônio da Nóbrega, Castelo Branco, próximo a UFPB (Universidade Federal da Paraíba), em João Pessoa/PB, conduzindo uma motocicleta de marca Honda/NXR150 BROS ES, preta, 2011/2011, placa NQI-2865/PB, CHASSI 9C2KD0550BR003709.

Em virtude do ocorrido, foi resgatado e encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena. No seu atendimento médico foi constatado que o promovente apresentava contusão no pé direito (CID 10 S90.3).



Cumpra ressaltar, que o aciente implicou sequelas permanentes, dentre as quais: deformidade no membro, perda de força, redução da mobilidade, dores constantes, inchaço, formigamento, dormência, conforme laudos médicos acostado aos autos.

A parte Promovente, em decorrência do acidente de trânsito sofrido, de posse da documentação exigida em Lei, procurou uma das seguradoras conveniadas à Comprev, efetuando o protocolo/susep sob nº 3190267829, para receber a indenização pelo acidente de trânsito ocorrido, **tendo recebido o indeferimento do pleito, conduta esta em total desarmonia com a gravidade das lesões permanentes e do estabelecido em Lei.**

Sendo assim, não restou alternativa a Promovente senão pleitear a justa indenização a ele devida, no que tange ao seguro obrigatório DPVAT, em razão da invalidez permanente do grave acidente de que foi acometido, em observância à disposição contida no inciso II, do artigo 3º, da Lei nº 6.194/74 alterado pela Lei nº 11.482/2007.

## **VII- DO DIREITO**

A cobertura do seguro obrigatório – DPVAT – abrange os casos de indenização por morte ou por invalidez permanente e de reembolso de despesas médico-hospitalares, objetivando proporcionar a todas as vítimas de acidentes automobilísticos indenizações pelos danos sofridos.

Para o recebimento do seguro DPVAT, nos termos do art. 5º da Lei 6.194/74, com as alterações dadas pela Lei 8.441/92, basta que se comprove o acidente e o dano dele decorrente.

No caso em deslinde, observa-se a presença dos dois requisitos mencionados em lei. Primeiramente, o Autor foi vítima de acidente de trânsito ocorrido enquanto trafegava, pela Av. Apolônio da Nóbrega, nas imediações da UFPB, no Castelo Branco, em João Pessoa/PB, conduzindo a motocicleta.

Ademais, e para assegurar que lhe é devido justa indenização, o acidente resultou em invalidez permanente, como bem demonstrado por laudos médicos em anexo.



Por assim ser, o Promovente preencheu todos os requisitos do art. 5º da Lei 6.194/74, quais sejam: prova do acidente de trânsito e o dano oriundo dele.

Sobre isso, a jurisprudência dominante:

AGRAVO INTERNO. MONOCRÁTICA NA QUAL NEGOU- SE SEGUIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL MANIFESTAMENTE

IMPROCEDENTE. DESPROVIMENTO. **Para pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT, exige a Lei 6.194 de 19 de novembro de 1974, em seu artigo 5.º, a simples prova do acidente e do dano dele decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº00025857920128150141,3ª Câmara Especializada Cível, Relatora DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 27-10-2015) (grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA SEGURO DPVAT. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE DE TRÂNSITO DEMONSTRADA. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

TERMO INICIAL. **Para o pagamento da indenização securitária DPVAT é necessária a comprovação do acidente de trânsito e do dano decorrente, conforme o art. 5.º, caput, da Lei 6.194/74.**

O autor juntou cópia do boletim de ocorrência e de prontuário médico de urgência, pelo que é afastada a hipótese de impossibilidade jurídica do pedido, pois suficientemente instruída a inicial. A correção monetária incide a partir da data do evento danoso. Os juros de mora deverão incidir a partir da citação. (TJ-MG - AC: 10325130001424001 MG, Relator: Amorim Siqueira, Data de Julgamento: 30/07/2014, Câmaras Cíveis / 9ª



CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 06/08/2014) (grifo nosso)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE E DO DANO DECORRENTE - EFETUADA - LAUDO PERICIAL PARTICULAR - PROVA NÃO IMPUGNADA - INVALIDEZ PERMANENTE - DANO CORPORAL PARCIAL - SINISTRO OCORRIDO DEPOIS DA ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI Nº. 11.482/2007 E PELA LEI 11.945/09-QUANTUM PROPORCIONAL. **Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, para que a vítima faça jus ao recebimento de indenização por invalidez referente ao seguro obrigatório, basta a comprovação da prova do acidente e do dano decorrente, ônus do qual se desincumbiu o autor.** Nos termos do art. 333, II do CPC, compete ao réu provar a existência de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor. O julgador não está adstrito ao laudo pericial, entretanto, é este o meio de suprir a carência de conhecimentos técnicos para a apuração dos fatos, mormente quando a elucidação do fato depender de conhecimento técnico. (TJ-MG - AC: 10647140033257001 MG, Relator: Edison Feital Leite, Data de Julgamento: 28/05/2015, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/06/2015) (grifo nosso)

Entretanto, vejamos o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*:  
Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, **em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.**

Desse modo, é vislumbrada a clareza do legislador, ao estabelecer, em seu "art. 5º O



**pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."**

Acompanhando os ensinamentos das Cortes Superiores, vejamos jurisprudência do TJPB:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - **ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - SEQUELA - DANO DEFINITIVO PARCIAL INCOMPLETO** -MÃO ESQUERDA - GRADUAÇÃO MÉDIA DA INCAPACIDADE PERMANENTE 75% (SETENTA E CINCO POR CENTO ) - **OBSERVÂNCIA DA TABELA ANEXO DA LEI Nº 6.194/1974** - QUANTUM ESTIPULADO NA SENTENÇA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - ART. 932, IV, A DO CPC/15 - DESPROVIMENTO DA APELAÇÃO. - A Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça respalda que: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez." (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00011104420148150521, - Não possui -, Relator DESA. MARIA DE FÁTIMA MORAES BEZERRA CAVALCANTI, j. em 20-09-2019)

Desta forma, **por tratar-se de invalidez, DEVIDAMENTE COMPROVADA NOS DOCUMENTOS MÉDICOS, é inadmissível a conduta da parte ré, que em total discrepância com o valor estabelecido pela tabela anexo da Lei nº 6.194/1974, não indenizando o autor.**

Sendo assim, o promovente não encontrou outra saída, senão buscar a tutela do Poder Judiciário, com embasamento jurídico previsto na Constituição Federal, bem como na Lei 6.194/74.

## **VIII- DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, requer a **TOTAL PROCEDÊNCIA DA AÇÃO**, nos seguintes termos:

Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58.015-590.  
Telefones: (83) 98719-5294 (Oi) e (83) 99958-9495 (Tim)



- a) A citação da empresa seguradora, na pessoa do seu representante legal, a fim de que, querendo, apresente sua defesa, no tempo devido, sob pena de revelia, vide arts. 239 e 344 ambos do CPC;
- b) A **concessão do benefício da assistência judiciária gratuita**, tendo em vista que o Autor não apresenta, atualmente, condições financeiras suficientes para arcar com as custas processuais sem comprometer o seu sustento e da sua família, nos termos do art. 98, da Lei 13.015/15;
- c) Que todas as publicações e comunicações dos atos processuais sejam realizadas em nome do advogado **WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO – OAB/PB 15660**, com endereço eletrônico: **wilson@wilsonmoraesadv.com.br** e endereço profissional na Rua Francisco Manoel, 90, Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58015-590, sob pena de nulidade em caso de descumprimento, nos termos do **art. 272, § 5º, do CPC/2015**;
- d) O **destaque do valor de 30%** sobre o valor devido à parte Autora à título de prestações vencidas, bem como os honorários de sucumbência, determinando o pagamento em nome de **WILSON MORAES SOCIEDADE DE ADVOGADOS**, conforme Contrato de Prestação de Serviços e Honorários Advocatórios, com fulcro no art. 22, § 4º da Lei nº 8.906/94
- e) Que submeta a parte autora à perícia médica, a fim de aquilatar o seu estado de saúde, facultando apresentação de quesitos, tal como autorizado pelo art. 12 da Lei 10.259/2001;
- f) Requer a dispensa da audiência de conciliação, conforme o art. 334, §4º, I, **§5º, do Código de Processo Civil, já que a matéria necessita da realização de perícia médica;**
- g) A condenação da Ré ao pagamento da indenização, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros e correção monetária;
- h) A condenação da Ré ao recolhimento de custas e pagamento dos honorários

Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58.015-590.  
Telefones: (83) 98719-5294 (Oi) e (83) 99958-9495 (Tim)



advocatícios, à base de 20% sobre o total apurado quando da liquidação do julgado, ou critério deste douto Juízo;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, em especial prova testemunhal, pericial, documental, bem como outras que se fizerem pertinentes.

Dando-se à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,  
Pede deferimento.

João Pessoa, 29 de novembro de 2019.

**WILSON RIBEIRO DE MORAIS NETO**  
**OAB/PB 15.660**

**RAYANA LEITÃO RIBEIRO DE MORAES**  
**OAB/PB 18.379**

**JORDANA MENEZES PARENTE**  
**OAB/PB 23.848**

**PAULO ROBERTO DA SILVA ROLIM**  
**OAB/PB 11.692-E**

**LÍDIA ALMEIDA OLIVEIRA**  
**OAB/PB 26.952**

Rua Francisco Manoel, 90, Bairro Jaguaribe, João Pessoa-PB. CEP: 58.015-590.  
Telefones: (83) 98719-5294 (Oi) e (83) 99958-9495 (Tim)



**PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA**

Outorgante: **MARCIEL FONTES DA SILVA**, brasileiro, casado, representante comercial, inscrito no CPF sob nº 071.599.614-20, portador do RG nº 2923403 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Ana Barbosa de Oliveira, nº 15, Bairro: Jardim Brasília – em Cabedelo/PB.

Outorgado: **WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO**, brasileiro, advogado, inscrito na OAB sob nº 15.660, com endereço profissional situado à Rua Francisco Manoel, 90, Jaguaribe, João Pessoa/PB, CEP 58015-590.

PODERES: o outorgante nomeia e constitui o outorgado seu bastante procurador amplos poderes para o foro em geral, nos termos do art. 105 do NCPC, com a cláusula “ad judicium et extra”, para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais, autarquias e especialmente perante requerer junto à qualquer seguradora integrante do Consórcio **Seguro DPVAT**, o pagamento do sinistro, que vitimou em acidente de trânsito do cliente acima mencionado, conforme registrado pelo B.O. anexo ao processo.

Desta forma tratando de assuntos de seu interesse, assinando requerimentos e outros papéis, requerer indenizações, desistência, obter vistas em procedimento administrativo, conferindo-lhes ainda poderes para, em qualquer juízo, Instância ou tribunal, propor ação revisional e/ou inicial, seguindo-a até o final, utilizando-se dos recursos legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizados a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, renunciar aos valores excedentes a 60 salários mínimos em razão do procedimento especial (art. da lei 10.259/2010), transigir, firmar compromissos e acordos, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem. Bem como, representar o(a) outorgante como se o(a) próprio(a) fosse, podendo requerer, **assinar recibos, assinar Declarações de endereço, assinar Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT, para o pagamento de quitação da Indenização de Sinistro DPVAT**, enfim requerer e assinar todos os papéis e documentos que forem precisos e praticar todos os demais atos necessários para o mais amplo e fiel cumprimento do presente mandato.

**DECLARAÇÃO:** O(a) (s) outorgante(s) **DECLARA(M)**, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tem condições de arcar as despesas inerentes à presente ação, sem prejuízo de seu sustento e de sua família, necessitando, portanto, da gratuidade judiciária, indicando como seus advogados os outorgados acima nomeados, nos termos do § 4º do artigo 5º, da Lei 1.060/50 e art. 98 do NCPC.

João Pessoa, 21 de maio de 2019.

*Marciel Fontes da Silva*

Outorgante  
CPF Nº 071.599.614-20



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

INTERPRETE LTDA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1226733458

PROIBIDO PLASTIFICAR

1226733458

NOME  
MARCEL FONTES DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
2923403 SSP PB

CPF  
071.599.614-20

DATA NASCIMENTO  
25/05/1986

FILIAÇÃO  
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA  
MARIA DAS GRACAS FONTES

PERMISSÃO ACC CATAR AB

Nº REGISTRO  
04526988740

VALIDADE  
10/12/2020

1ª HABILITAÇÃO  
17/12/2008

OBSERVAÇÕES

Assinatura do Portador: *Marcel Fontes da Silva*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOÃO PESSOA, PB

DATA EMISSÃO  
14/12/2015

Assinatura do Emissor: *Aristeu Chaves Sousa*

ASSINATURA DO EMISSOR

43431603145  
PB031772153

DETRAN - PB (PARAIBA)





**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 58.015-670 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,  
INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA

7691475

REFERENCIA

JUL/2017

CONTA DE CONSUMO DE AGUA / ESGOTO E SERVICOS

MARCEL FONTES DA SILVA  
RUA ANA BARBOSA DE OLIVEIRA 15  
JARDIM BRASILIA 58310-000  
CABEDELO

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Pública	
004.03.070.0212	0	1	0	0	0	7691475
Hidrometro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y11X161240	11/11/2011	1	LIGADO	POTENCIAL		

ANTERIOR   ATUAL   CONSUMO (m3)   NUM. DE DIAS   PROXIMA LEITURA				
235	247	12	33	14/08/2017
HIST. DE CONS./ANOR. LEIT.   QUALID. DA AGUA-DECRETO 2.914/2011-MS				
JAN/2017	9	0	PARAMETROS	EXIG. ANALIS. CONFORMES
FEV/2017	11	0	CLORO	67 67 67
MAR/2017	12	0	COR	16 18 18
ABR/2017	12	0	COL.TOTAIS	67 67 67
MAI/2017	13	0	TURBIDEZ	67 67 66
JUN/2017	12	0	COL.TERMOT	0 0 0
MEDIA(M)	12		DADOS REFERENTES A:MAI/2017	

DATA DA LEITURA: 17/07/2017	HORA DA LEITURA: 10:50:52				
DESCRICAO	CONSUMO	VL AGUA	VL ESGOTO	TOTAL(R\$)	
RESIDENCIAL CONSUMO ATE 10m	10	36,84		R\$36,84	
DE 11m A 20m	2	9,50		R\$9,50	
TOTAIS		46,34			
047-JUROS DE MORA				R\$0.32	
050-ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT..				R\$1.02	

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$4,29 PIS E COFINS, LEI 12.741/12.

VENCIMENTO:

27/07/2017

Total a Pagar:

R\$47,68

v. 16.11 R. 1.0

CONDICAO DE LEITURA: CONFIRMADA  
CONDICAO DO FATURAMENTO: REAL TIPO DE TARIFA: NORMAL

POSICAO DE DEB. ANTERIOR(ES)  
EXISTE(M) CONTA(S) ANTER. EM DEBITO.

INFORMACOES GERAIS:

ACOMPANHE COMO ESTA SENDO APLICADO SEU DINHEIRO  
WWW.TRANSPARENCIA.PB.GOV.BR





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	MARCIEL FONTES DA SILVA
DATA DE NASCIMENTO	25/05/86
NOME DA MÃE	MARIA DAS GRAÇAS FONTES

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	1.021.549
DATA DO ATENDIMENTO	18/08/17
HORA DO ATENDIMENTO	19:50
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	CONTUSÃO NO PÉ DIREITO
CID 10	S90.3

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, referindo dor no pé direito, abdomen sem queixas. Glasgow 15.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX de pé direito

### RESULTADOS DOS EXAMES:

Sem alterações.

### TRATAMENTO:

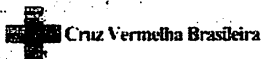
Atendimento inicial. Medicado.

ALTA HOSPITALAR:	18/08/17
DATA DA EMISSÃO:	24/10/17

Dr. José de Almeida Braga  
CRM: 2329/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





30103147



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1021549



Identificação do paciente			
ID 1201632	Nome MARCIEL FONTES DA SILVA	Sexo Masculino	
Data de nascimento 25/05/1986	Idade 31 anos 2 meses 24 dias	Estado civil	Religião
Mãe MARIA DAS GRACAS FONTES		Pai ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	
Escolaridade		Responsável (Parentesco) CYRO - OUTRO PARENTE	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988192192	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 2923403	Nº Cns	
Local de procedência CASTELO BRANCO I	Tipo BAIRRO		UF PB
Email	Naturalidade CABEDELO	CBO/R	
Endereço			
CEP 58052310	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro DOUTOR EPHIGÊNIO BARBOSA DA SILVA
Número 43	Complemento	Bairro JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA	
Admissão			
Data e Hora 18/08/2017 19:50:47	Número da pulseira 1000005677534	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS	
Indicadores e Transporte			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte CARRO PARTICULAR		Quem transportou	
Sinais Vitais			
PA X mmHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares			
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []
Liquor [] ECG [] Ultrasonografia []			
Dados clínicos			
Diagnóstico			CID
Atendido por AYLA NICOLLE FERNANDES GOMES			Tempo 01min 08seg

Imprimir

18/08/2017





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

SALA DE OBSERVAÇÃO ÁREA VERDE

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 2778696

Paciente <b>MARCIEL FONTES DA SILVA</b>		BAE <b>1021549</b>	Data/Hora Entrada <b>18/08/2017 19:50:47</b>	Data Baixa
Data de nascimento <b>25/05/1986</b>	Idade <b>31</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS	Telefone de Contato <b>(83) 988192192</b>
Mãe <b>MARIA DAS GRACAS FONTES</b>				Prontuário
Endereço <b>DOUTOR EPHIGÊNIO BARBOSA DA SILVA, 43</b>		Bairro <b>JARDIM CIDADE UNIVERSITÁRIA</b>	Município <b>JOAO PESSOA</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>QUEDA / OUTROS</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>TEOFILHO GREGORIO DE ANDRADE</b>		Nº Cons. Regional <b>2563/PB</b>
Data/Hora Classificação <b>18/08/2017 19:53:33</b>		Data/Hora Prescrição <b>18/08/2017 20:11:34</b>		

**Anamnese**

PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE MOTO COM DOR NO PÉ D. ESTADO GERAL BOM.

**MEDICAÇÃO**

ÁGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 6/6H

Diluir

DIPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML), DILUIR 2,0 ML

**CUIDADOS**

SOLICITAÇÃO DE PARECER ORTOPEDIA

**EXAME DE IMAGEM**

RADIOGRAFIA DE PE / DEDOS DO PE DIREITO

**CID10**

Código	Descrição
R52.0	Dor aguda
R52.0	Dor aguda

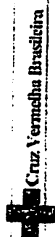
**Conduta**

Em observação

TEOFILHO GREGORIO DE ANDRADE  
(2563/PB)

MARCIEL FONTES DA SILVA





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Gerador Número Único



GOVERNO  
DA PARAÍBA

RUA ORESTES LISBOA, S/N - PEDRO GONDIM - JOAO PESSOA - PB - 58031090

PRESCRIÇÃO MÉDICA

Nome	MARCEL FONTES DA SILVA	Data de	Idade	Sexo	Nº	Nº	Data Prescrição
Motivo do Atendimento		25/05/1986	31	MASCULINO	1021549		18/08/2017 20:11:34
Setor				Posto de Trabalho	Leito		Prescrição válida a
ACIDENTE DE MOTOCICLETA							18/08/2017 20:11:34

MEDICAMENTOS PRESCRITOS

Nome do medicamento	Dose	U.M.	VL	Via de	Veloc. Inf.	Posologia	Orientação de Uso	Apazamento
1 DAPIRONA 500 MG/ML (AMPOLA 2ML)	2.0	ML						
Diluir em	10.0	ML		E.V.				
2 PARECER ORTO	0.0							

18 de Agosto de 2017

TEOFILHO GREGÓRIO DE ANDRADE  
CRM: 2563

Assinatura e Carimbo do Profissional

Dr. Teofilho G. de Andrade  
Cirurgião Geral  
CRM 2563



**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 02049.01.2017.1.00.420**

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 02049.01.2017.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 13:08 horas do dia 09 de novembro de 2017, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por Fabiana de Lima Bezerra, Agente de Investigação, matrícula 1819003, ao final assinado, compareceu **Marciel Fontes da Silva**, CPF nº 071.599.614-20, nacionalidade brasileira, estado civil casado(a), identidade de gênero masculino, profissão Representante Comercial, filho(a) de Maria das Graças Fontes e Antonio Rodrigues da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 25/05/1986 (31 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Ana Barbosa de Oliveira, Nº 15, bairro Camalaú, tendo como ponto de referência Por Trás da Antena da Antiga Telpa, na cidade de Cabedelo/PB, telefone(s) para contato (83) 98864-4801.

**Dados do(s) Fatos:**

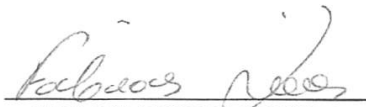
Local: Av. Apolônio da Nóbrega, Próximo da Ufpb, João Pessoa/PB, bairro Castelo Branco; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 18/08/17 19:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

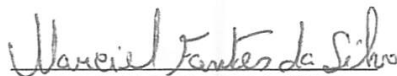
**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

Que conduzia a MOTOCICLETA HONDA/NXR150 BROS ES, PRETA, 2011/2011, PLACA NQI2865/PB, CHASSI 9C2KD0550BR003709, registrada em nome do noticiante, quando ao entrar no giradouro foi trancado por um CARRO NÃO IDENTIFICADO e ao desviar para não colidir acabou perdendo o controle da moto vindo a cair ao solo; Que devido ao fato veio a lesionar-se conforme LAUDO MÉDICO EXPEDIDO PELO DR. JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA, CRM 2329/PB, DATADO DE 24.10.2017, do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, para onde foi socorrido por terceiros em veículo particular; Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 09 de novembro de 2017.

  
FABIANA DE LIMA BEZERRA  
Agente de Investigação

  
MARCIEL FONTES DA SILVA  
Noticiante

Procedimento Policial: 02049.01.2017.1.00.420



**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT**

**PB Nº 01315238050 - BILHETE DE SEGURO DPVAT**

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MARINHO/2017, UM ANO, VERSO DAS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 1 0032/06520-6 CO 9 0700

07159961420 CPE / CNPJ

EXERCÍCIO 2017 DATA EMISSÃO 19/05/2017

PLACA NQ12865/PB

RENAVAM 00327065206 HONDA/NXR150 BROS ES

ANO FAB 2011

OUTUBRE 9 9C2KD0550BR003709

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) \*\*\*\*\*

DEBITAR (R\$) \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$) \*\*\*\*\*

IOF (R\$) \*\*\*\*\*

TOTAL SERVIDOR (R\$) \*\*\*\*\*

PAGAMENTO 18/05/2017

COTA ÚNICA 5

SEGURO

PARCELADO

54402-090609220170519

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

BPJ 05.245.698/0001-04

07/2016

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETTRAN - PB**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

Nº 01315238050

VIA 1 0032/06520-6 CO 9 0700

0032706520-6 00/00000000 2017

MACIEL FONTES DA SILVA

CPF / CNPJ 07159961420

PLACA ANT / UF NOVO PB

CHASSI NQ12865/PB

ESPECIE TIPO 9C2KD0550BR003709

PAS / MOTOCICLE / NAO APLIC

MARCA / MODELO HONDA / NXR150 BROS ES

CAF / POT / CIL 2 P / 149 / CI

CATEGORIA PARTICIP

COR PREDOMINANTE PRETA

COTA ÚNICA 00/00/0000

VENÇ. COTA ÚNICA 1º

VENÇ. COTAS 2º

FAIXA LPVA 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0

IOF (R\$) 0

PREMIO TOTAL (R\$) 0

DATA DE PAGAMENTO 19/05/2017

\*\*\*\*\* SEGURO P A G O 18/05/2017

OBSERVAÇÕES

A.F. ADM DE CONC NACION HONDA LTDA

NAO VAO PARA TRANSFERENCIA 0

BAVEXX-PB - LOCAL

2194


19/05/2017

54402

CONTRAN

DENATRAN

## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0121593/19

**Vítima:** MARCIEL FONTES DA SILVA

**CPF:** 071.599.614-20

**Seguradora:** CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A

**Data do acidente:** 18/08/2017

**Titular do CPF:** MARCIEL FONTES DA SILVA

**CPF de:** Próprio

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de ato declaratório  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
DUT

AD TODAS AS LETRAS MINÚSCULAS  
E-MAIL: G-ADRESSOA@COMPREV.COM.BR

#### WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO : 056.519.544-14

Declaração Circular SUSEP 445/12  
Documentos de identificação  
Procuração

#### MARCIEL FONTES DA SILVA : 071.599.614-20

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

3190267829

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 09/04/2019  
Nome: WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO  
CPF: 056.519.544-14

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 09/04/2019  
Nome: RENATO LUNA DIAS  
CPF: 705.216.494-98

WILSON RIBEIRO DE MORAES NETO

RENATO LUNA DIAS





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 06 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do  
Seguro DPVAT: 3190267829 Vítima: MARCIEL FONTES DA SILVA

Data do Acidente: 18/08/2017 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), MARCIEL FONTES DA SILVA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

A documentação médica anexada, datada de 24/10/2017, emitida pelo Dr. JOSÉ DE ALMEIDA BRAGA, CRM nº 2329 - PB, da Instituição HOSPITAL SENADOR HUMBERTO LUCENA, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 00647/00648 - carta\_31 - INVALIDEZ

00010324



Carta nº 14668581





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0877936-27.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, com fundamento na alegação de insuficiência de recursos para pagar as despesas processuais/custas, constante da petição inicial, nos termos do que dispõem os arts. 98 e 99, § 3º, do CPC/2015.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. A experiência prática demonstra que as instituições financeiras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação, sem prejuízo das tentativas conciliatórias que devem ser realizadas no decorrer da lide.

Assim, cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

Contestada a ação, intime-se a parte Autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação.

Por fim, considerando que no caso em apreço é necessária a realização de prova pericial, NOMEIO como perito a médico Dr. TIAGO MARTINS FORMIGA, com endereço na Avenida Antônio de Lira, 588, apt. 204, Tambaú, João Pessoa – PB.

Como honorários periciais fixo o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), conforme termos do Convênio nº 015/2014, firmado entre a Seguradora Líder e o TJ/PB.

Intime-se a seguradora para efetuar o pagamento dos honorários arbitrados.



Intime(m)-se a(s) parte(s) a respeito da nomeação realizada, intimando-as também para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem quesitos e assistentes técnicos, se assim desejarem.

Valendo-se este despacho como carta de intimação, intime-se a perita nomeada para, no prazo de 10 (dez) dias, dizer se aceita o encargo, bem como para informar a este Juízo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, data, horário e lugar para a realização da perícia.

Fica desde já determinada a intimação das partes e de seus advogados para comparecerem no dia, hora e local indicados pelo expert para a realização da perícia. Intime-se o Autor pessoalmente e por meio de advogado, advertindo-os que a ausência na perícia poderá ensejar na ocorrência de preclusão e, consequentemente, no julgamento do feito com as provas que constam nos autos.

Sendo o caso, encaminhem-se à perita cópia dos documentos necessários.

De logo, determino o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da realização da perícia, para entrega do parecer técnico.

Cumpra-se na íntegra.

João Pessoa – PB, data e assinatura digitais.

Juiz(a) de Direito



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**9ª Vara Cível da Comarca da Capital**  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

**MANDADO DE CITAÇÃO**

Nº DO PROCESSO: 0877936-27.2019.8.15.2001  
CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]  
AUTOR: MARCIEL FONTES DA SILVA  
RÉU: MAPFRE

N o m e : M A P F R E  
Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB - CEP:  
5 8 0 3 0 - 0 0 0

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 5 de março de 2020

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES  
Técnico Judiciário

**Documentos associados ao processo**

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19112917264120100000025751219
1 - Petição inicial - MARCIEL FONTES DA SILVA	Outros Documentos	19112917264299800000025751477
2 - Procuração Autenticada	Procuração	19112917264443200000025751479
3 - Identificação	Documento de Identificação	19112917264552200000025751480



4 - Residência	Documento de Identificação	19112917264656600000025751481
5 - Documentos médicos e BO	Documento de Comprovação	19112917264805800000025751483
6 - Documento da motocicleta	Documento de Comprovação	19112917264912800000025751485
7 - Protocolo Administrativo - COMPREV	Documento de Comprovação	19112917265018000000025751486
8 - Indeferimento	Documento de Comprovação	19112917265194700000025751487
Despacho	Despacho	19121818380219800000026004543



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 06/03/2020, às 09h01min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEIA MAPFRE**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 06 de março de 2020.

**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**

Oficial de Justiça Avaliador

Mat. 470.252-2



Successfully created

Poder Judiciário da Paraíba  
9ª Vara Cível da Comarca da Capital  
Av. João Machado, s/n, Jaguaribe, João Pessoa/PB - 4º ANDAR  
CEP: 58.013-520 / Tel.: (83)-3208-2479

## MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0877936-27.2019.8.15.2001

CLASSE DO PROCESSO: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S) DO PROCESSO: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: MARCIEL FONTES DA SILVA

RÉU: MAPFRE

Nome: MAPFRE

Endereço: AV PRESIDENTE EPITÁCIO PESSOA, 723, - até 1145 - lado ímpar, ESTADOS, JOÃO PESSOA - PB -  
CEP: 58030-000

De ordem do(a) Excelentíssimo(a) MM Juiz(a) de Direito desta 9ª Vara Cível da Comarca da Capital, manda ao Oficial de Justiça, a quem este for entregue, que, em cumprimento a este, proceda a Citação e intimação (do item supra) a parte Ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, advertindo-se que a ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. A presente citação é acompanhada de senha para acesso ao processo digital, que contém a íntegra da petição inicial e dos documentos. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC, fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC;

João Pessoa, em 5 de março de 2020

De ordem, FAGNER VIEIRA ALVES  
Técnico Judiciário

MAPFRE Seguros  
Liliani Almeida  
Emissão em Geral  
Tel. (83) 3344-3339  
06-03-2020  
09:01

## Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
Petição Inicial	Petição Inicial	19112917264120100000025751219
1 - Petição inicial - MARCIEL FONTES DA SILVA	Outros Documentos	19112917264299800000025751477
2 - Procuração Autenticada	Procuração	19112917264443200000025751479
3 - Identificação	Documento de Identificação	19112917264552200000025751480
4 - Residência	Documento de Identificação	19112917264656600000025751481
5 - Documentos médicos e BO	Documento de Comprovação	19112917264805800000025751483




[imprimir](#)

## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que em cumprimento ao mandado retro, no dia 06/03/2020, às 09h01min, me dirigi ao endereço indicado neste, e sendo aí, **CITEI A MAPFRE**, na pessoa de seu representante legal, a **Sra. LILIANI CARNEIRO DOS SANTOS**, que tomou conhecimento de todo conteúdo do presente mandado, que lhe entreguei a contrafé e a cópia da inicial e após a sua leitura, exarou sua nota de ciência. O referido é verdade.

João Pessoa, 06 de março de 2020.

  
**GIOVANNY MEDEIROS VILLAR**  
Oficial de Justiça Avaliador  
Mat. 470.252-2

05/03/2020 17:04

